

43º Encontro Anual da ANPOCS

SPG09 - Direito à cidade e reconfigurações da cidadania no Brasil

“A cracolândia de Campo Grande”: notas sobre cidade, usos e gestão da população de rua nas imediações da antiga rodoviária.

Autor: Vladimir Eiji Kureda¹

Orientador/coautor: Guilherme Rodrigues Passamani²

2019

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFMS.

² Doutor em Ciências Sociais (Unicamp). Professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFMS.

Introdução

Tendo em vista que a “...ampla mobilização da opinião pública, das instâncias políticas e dos meios de comunicação em torno das cenas abertas de crack...” (Fiocruz, 2014, p.17), tem corroborado para a proliferação um certo *pânico moral* em torno da circulação de usuários (as) de crack em diversas cidades do país, propõe-se, neste artigo, refletir sobre a constituição da antiga rodoviária de Campo Grande – MS enquanto “cracolândia campo-grandense” presente num imaginário urbano, a partir da análise de práticas das pessoas em situação de rua e as intervenções feitas a esses sujeitos no contexto local.

Nesse sentido, visa-se analisar, tanto, algumas das experiências dos cidadãos das margens (Agier, 2015), que, no referido universo, são as pessoas em situação de rua, quanto as intervenções assistenciais e repressivas sobre esse conjunto de sujeitos, e, por fim, identificar como essas relações produzem efeitos na paisagem urbana local.

Para tanto, o artigo subdivide-se em quatro partes: na primeira, será relatado o processo de transformação da antiga rodoviária, tido, num primeiro momento, como um equipamento valorizado e de prestígio na cidade, que, principalmente, após o ano de 2010, virou um espaço comercialmente desvalorizado e concebido como lócus de concentração de pessoas em situação de rua e usuários de drogas.

Já no segundo subtítulo, será disposto uma reflexão em torno da produção da etnografia, tomando as práticas e narrativas dos sujeitos em situação de rua junto com as intervenções assistenciais feitas pelas agentes do Consultório na Rua, como universo de análise. Além disso, será discutido como essas relações são acionadas pelos sujeitos em situação de rua como forma de agenciar sua permanência nas imediações da antiga rodoviária.

Em seguida, no terceiro subtítulo, analisarei algumas operações policiais, retratadas em jornais eletrônicos, de agentes ligados à segurança pública para com as pessoas em situação de rua no local, buscando analisar as associações diretas e indiretas feitas entre os sujeitos-alvo das operações e a antiga rodoviária, com o tráfico de drogas, criminalidade e violência.

Por fim, na última parte, serão dispostas considerações acerca dos efeitos dessas relações, isto é, das práticas cidadinas dos sujeitos em situação de rua, bem como das intervenções assistenciais e repressivas, sobre o entorno da antiga rodoviária, no intuito de

analisar parcialmente alguns aspectos que constituem essa área enquanto “cracolândia campo-grandense”.

A partir dessas discussões visa-se desenhar um esboço acerca das relações locais, que sedimentou um certo discurso sobre a antiga rodoviária, que a classifica enquanto “cracolândia campo-grandense”. Assim, para além do uso de crack, tal como nas cracolândias em São Paulo e no Rio de Janeiro (Frúgoli Jr, Cavalcanti, 2013), o que constitui o fenômeno “cracolândia” é um espectro de relações peculiar nas respectivas regiões.

Portanto, olhar tanto para os níveis das relações microsociais, privilegiando os agenciamentos empregados pelos sujeitos em situação de rua com outros “atores”, quanto as intervenções estatais, possibilitam ampliar a compreensão em torno das configurações sócio-espaciais que envolve o lugar, bem como permite refletir sobre os mecanismos de gestão da população de rua, a produção da cidade e de uma cidadinidade desde as “margens”.

1 - Antiga rodoviária: do seu passado de “ouro” ao tempo presente

Ressalta-se que a cidade de Campo Grande – MS tem a sua vida urbana formada principalmente a partir da segunda metade do século XX. Seu processo de modernização intensificou-se na década de 1950, tendo um aumento exponencial de sua população nas décadas de 1970 e 1980 (Attianesi, Passamani, 2018, p.62), devido ao “grande número de imigrantes vindo de outros estados da federação, assim como do interior do estado” (*Idem*).

Além disso, como explicitam os autores, a própria urbanização da cidade se deu de maneira pouco distribuída, onde à época, a presença de infraestruturas e equipamentos modernos era percebida somente em avenidas situadas na região central da cidade (*Ibidem*, p.63).

Nesse contexto foi que surgiu o terminal rodoviário de Campo Grande – MS, também denominado como “Rodô” por alguns de seus frequentadores. Construída nas proximidades do centro da cidade, o complexo rodoviário foi inaugurado em 1976 abrigando em seu interior três estruturas distintas: o Estação Rodoviária interestadual, o Terminal Rodoviário Urbano de âmbito municipal e o Centro Comercial (Kureda, 2017). O primeiro foi uma antiga área de embarque e desembarque dos coletivos da cidade. A segunda, abarcava o espaço destinado para os ônibus intermunicipais e interestaduais. E o

último, foi construído para atender comercialmente os passageiros que transitavam todos os dias.

Do ponto de vista histórico, a “Rodô” desenvolveu um papel fundamental na cidade de Campo Grande – MS. Logo após a sua inauguração, o lugar já concentrava boa parte dos serviços de transporte de passageiros da cidade, além de comportar duas salas de cinema (Plaza e o Center), bem como grandes lojas de departamento. Nos primeiros anos, instalaram-se algumas instituições estatais no interior do prédio, como, por exemplo: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Junta Militar, Agência Municipal de Transportes e Trânsito (Messias; Castelhana, 1999).

Ou seja, principalmente, entre os anos de 1976 até meados da década de 1990, a “Rodô” exerceu importantes funções sociais. Para os cidadãos, o lugar foi tanto uma espécie de “shopping”, por conta do comércio variado, e, principalmente, pelos cinemas de grande porte, quanto um espaço de utilidade pública, em termos de transporte e de serviços públicos. Em suma, esse período é rememorado por alguns comerciantes locais, como o período de “ouro” (Kureda, 2017, p.13), marcado pela clientela volumosa e constante oriunda dessa centralização de serviços e capitais que era presente no complexo rodoviário.

No entanto, com o aumento da população da cidade na década de 1990, em que o censo populacional do ano de 1999 apontava para mais de 600.000 habitantes em Campo Grande, fez com que alguns setores do complexo rodoviário começassem a ficar sobrecarregados, pois a “Rodô” foi construída para atender uma população quatro vezes menor que a da época (Messias; Castelhana, 1999), ocasionando saturação em termos de segurança, espaço e funcionalidade (*Idem*, p.34).

De forma complementar, no início dos anos 2000, a cidade encontrava-se em plena expansão urbana. Construções de novos terminais de transbordo de coletivos, bem como a inauguração do shopping central da cidade, mais a saída de empresas e equipamentos de serviços públicos do prédio fizeram com que a “Rodô” deixasse de ser concebida como um espaço de lazer, consumo e serviços. Nesse sentido, a combinação dos problemas estruturais do complexo rodoviário com o desenvolvimento urbano campo-grandense colaborou para o arrefecimento gradativo do comércio local (Kureda, 2017).

O ápice desse processo ocorreu no ano de 2010, na gestão do ex-prefeito Nelson Trad Filho, quando o mesmo desativou os serviços rodoviários no local. Esse evento foi o divisor de águas. A partir daí, a “Rodô” passou a ser oficialmente a antiga rodoviária da

cidade, marcada por um comércio arrefecido e escassez de clientela formal. Sem o público habitual, advindo dos terminais de ônibus, o comércio sofreu fortes abalos, que culminaram no endividamento de comerciantes, bem como no fechamento de inúmeros imóveis do Centro Comercial.

É nesse contexto que a antiga rodoviária passa a tomar a forma de velho centro da cidade, ou seja, “um espaço urbano que no passado se constitui como o primeiro centro da cidade” (Patricia da Silva, 2010, p.17), mas que, por conta do processo de suburbanização, isto é, a descentralização espacial das atividades, indústrias e serviços para outras áreas da cidade (*Idem*, p.16), passou por um processo de desvalorização econômica através do esvaziamento do contingente de passageiros, clientes e transeuntes na área.

Atualmente há em torno de 60 estabelecimentos comerciais abertos no complexo rodoviário. Podemos encontrar no Centro Comercial da “Rodô”: fábrica de lanches, bares, salões de beleza, escritórios de advocacia e contabilidade, lojas de sapatos e roupas. Além destes, situam-se no seu entorno: rede hotéis e de brechós, restaurantes, lanchonetes, bares, farmácias e igrejas evangélicas.

Paralelamente, passou a ser visibilizado de maneira mais contundente pela mídia da cidade, a figura da pessoa em situação de rua e do usuário de drogas nas imediações do antigo terminal rodoviário. Gradativamente, esses sujeitos passaram a ser considerados um “problema social” a ser resolvido³.

Ressalta-se que a conjugação de pessoas em situação de rua e usuários de drogas em uma mesma categoria, “problema social” do bairro, demarca um campo de relações de poder que envolve, principalmente, “atores” interessados em uma possível revitalização da região. Entretanto, salienta-se que esses sujeitos inscritos enquanto “problema social” carrega diferenças significativas, especialmente, em termos de relações com as instituições estatais⁴.

Não obstante, a inscrição desses sujeitos em população de rua e usuário de drogas, carrega consigo, nesse contexto, uma intencionalidade que reforça uma certa representação

³ A categorização desses sujeitos em “problema social” aparece na entrevista de uma comerciante da antiga rodoviária e se faz presente na ata da reunião pública para o bairro Amambaí que compõe o acervo de documentos do Plano Diretor de Campo Grande - MS. Para mais detalhes, ver (Kureda 2017).

⁴ De maneira sucinta e exploratória, dentre as diferenças percebidas durante a pesquisa de campo, as pessoas em situação de rua que ficam nas imediações da antiga rodoviária situam-se como um grupo-alvo de maiores intervenções estatais do que daqueles sujeitos que compram e/ou usam a droga no local. Além disso, o fato das pessoas que habitam as ruas estarem frequentemente perambulando e até mesmo morando nas ruas da região, diferentemente dos usuários de drogas, que, em sua maioria, realizam o uso da droga e vão embora, torna-as uma questão de maior relevância para os agentes do Estado.

hegemonia entre pobreza e degradação urbana. A partir dessa vinculação, as práticas cidadãs desses sujeitos, constituem, a nível do imaginário, parte do fenômeno “cracolândia campo-grandense”, onde se mobiliza uma série de narrativas que retratam um lugar marcado pela venda e consumo de drogas, principalmente o crack, e pela presença de pessoas em situação de rua⁵.

Por isso, tanto o Estado quanto a sociedade civil, passaram a desenvolver intervenções das mais variadas formas, que incluem desde práticas assistenciais até ações policiais repressivas. Nesse sentido, a maioria das ações estatais no local, passaram a ocorrer justamente após a transformação desse equipamento urbano na antiga rodoviária. Além disso, o alvo dessas intervenções se voltou, em grande medida, para a população de rua, através de ações recorrentes de entidades religiosas, instituições socioassistenciais e repressivas.

Não obstante, a partir do ano de 2013, o Consultório na Rua, instituição vinculada à Rede de Atenção Básica, que tem como objetivo promover o acesso aos direitos de assistência e cuidado para a população de rua (Hallais e Barros, 2015), começa a realizar seus trabalhos semanalmente na “Rodô”.

Também foi possível perceber o aumento exponencial de investidas policiais desde o ano de 2017⁶, onde as ações diárias de agentes policiais tornaram-se prática comum no lugar. Essas ações além de terem sido retratadas em várias reportagens jornalísticas, também impuseram algumas limitações num jeito de se fazer etnografia no local⁷.

Por fim, diante desse cenário, passei a acompanhar os atendimentos semanais da equipe do Consultório na Rua, onde, durante meses, estive no entorno da antiga rodoviária observando e relacionando-me com as agentes e as pessoas em situação de rua que eram atendidas pela instituição. Através desse lugar, onde passei a ser gradativamente reconhecido como um “parceiro” por certos sujeitos da rua na “Rodô”, me possibilitou falar sobre a pesquisa social e desenvolver contatos duradouros com alguns esses “nativos”.

⁵ In: <https://www.midiamax.com.br/policia/2019/secando-gelo-drogas-sinteticas-invadem-cracolandia-de-campo-grande-e-pm-intensifica-rondas-no-centro>

⁶ Tendo em vista que o início de minha pesquisa na antiga rodoviária se deu na segunda metade do ano de 2016 e continua em andamento até os dias atuais, foi possível averiguar o acirramento das batidas e operações policiais a partir do ano de 2017 em comparação à 2016.

⁷ Desconfianças por parte de policiais que ficaram me vigiando numa ida a campo, acrescido do estranhamento por parte de alguns potenciais interlocutores, foram decisivos para minha escolha em fazer campo junto a grupos que desempenhavam práticas assistenciais na área.

2 – Etnografia nas ruas da “Rodô”: agenciamento “nativo” e intervenção do Consultório na Rua

Dentre as várias alternativas de se fazer pesquisa, o desafio que o “meu campo” impunha, era, justamente, encontrar formas de tornar “o estranho em familiar”. Todavia, diferentemente dos etnógrafos clássicos, o estranhamento não se dava por conta de uma alteridade em termos de língua, costumes e crenças, mas sim, por conta de um sentimento de desconfiança dos sujeitos para comigo, tendo em vista que eu me apresentava efetivamente como um estrangeiro em seu universo.

Assim, desconfianças emergiam por parte de alguns sujeitos que eu abordava, onde a breve apresentação sobre o objetivo da pesquisa, causavam olhares de estranhamento que fizeram-me refletir sobre esse “campo” e o caminho metodológico que eu estava adotando.

Então, numa tarde de terça feira, quando fui caminhar pela antiga rodoviária, avistei algumas mulheres de colete azul. Ao me aproximar, conversei com uma delas acerca da minha intenção em fazer a pesquisa. Nas primeiras interlocuções, mais do que as narrativas da agente acerca do trabalho da equipe, o que mais me chamou a atenção, foi o interesse que a presença da mesma despertava nas pessoas em situação de rua.

Os “nativos” se achegavam de maneira intensa em torno das mesmas. Dentre as principais questões abordadas pelos mesmos com as agentes, “choviam” narrativas sobre dores físicas, pedidos de ajuda, continuidade em tratamentos e experiências interpessoais. Estava claro para mim, que os sujeitos de minha pesquisa, reconheciam na equipe do Consultório na Rua, um grupo de importância ímpar, pois, era onde se oportunizava a prática do cuidado sobre seus corpos e também de estabelecimento de diálogos afetivos.

Sem titubear, negocieei junto à Secretaria de Saúde do município de Campo Grande – MS, SESAU, a realização da pesquisa através do acompanhamento semanal das atividades do Consultório na Rua na antiga rodoviária. Assim, segui os caminhos de Aline Barbosa (2017), passando a acompanhar os atendimentos das executoras das políticas públicas (*Idem*, p.187) cuja a interação face a face entre as agentes estatais e a população de rua é de fundamental importância para a execução dos atendimentos.

Depois de um processo de negociação que durou alguns meses, comecei, efetivamente, a “estar lá” (Geertz, 2009), isto é, etnografando as interações entre as pessoas em situação de rua e as agentes do Consultório na Rua. Tal como postula Clifford Geertz

(2009), tentarei traduzir nos textos minha interpretação acerca das relações de sentido apreendidas no campo. Entretanto, antes disso, faz-se necessário realizar alguns apontamentos metodológicos acerca da produção de minha etnografia.

Se L. Roberto Cardoso de Oliveira (2004) vai propor o contraponto entre as pesquisas nas áreas biomédicas e nas ciências humanas, onde a primeira teria como objetivo intervir nos sujeitos, tornando-os objetos de pesquisa, onde o consentimento para a realização da mesma é de caráter informado. Em contrapartida, nas pesquisas das áreas de humanidades, os sujeitos da pesquisa tornam-se interlocutores, onde o pesquisador negocia a pesquisa com os sujeitos, onde o consentimento teria caráter “esclarecido” (*Idem*).

Entretanto, o que pude verificar durante o acompanhamento do trabalho desenvolvido pelo Consultório na Rua, permitiu-me repensar alguns desses pressupostos postos acima.

Além das desconfianças das pessoas em situação de rua acerca de minha “figura estranha” no universo local, o fato, de que meu processo de interação com os sujeitos da pesquisa através da identidade “antropólogo”, não ter colaborado no processo de interlocução que permitisse o desenvolvimento da pesquisa antropológica, apresenta-se como primeiro elemento de problematização desse lugar. No entanto, quando as agentes executavam suas tarefas *nos* sujeitos, isto é, medindo pressão, tirando sangue, realizando curativos, marcando consultas, fazendo terapias individuais etc, elas conseguiam criar vínculos interpessoais estreitos, que são tão caros ao fazer etnográfico.

Embora eu não executasse nenhuma das atividades feitas pelas agentes, tendo em vista que são práticas da área da enfermagem e psicologia, o fato de eu começar a estar junto delas, sendo quase “um membro da equipe”, onde minha participação na execução das tarefas se dava de maneira secundária, passei a ser gradativamente reconhecido pelos “nativos”, como alguém associado ao “pessoal da saúde”.

Por outro lado, quando esclarecia prontamente para alguns sujeitos, nos primeiros contatos, sobre meu interesse na realização da pesquisa antropológica, os mesmos comumente associavam essa prática com a do investigador policial. Todavia, quando eu explicava aos poucos o intuito da pesquisa para aqueles que se mostravam como potenciais interlocutores, procurando distinguir-me do investigador policial, passei a receber sinais “positivos” dos sujeitos em dar continuidade às nossas interações.

Entretanto, ressalta-se que essa interlocução mais detida e clara acerca de minha posição enquanto antropólogo cujo o objetivo é a realização da pesquisa antropológica, só foi possível quando os “nativos” passaram a me identificar, enquanto um sujeito parte do “pessoal da saúde”, onde, a partir desse lugar, permitiu-me estar por mais tempo no campo e acionar ambas as identidades⁸ em situações específicas, para produzir diferentes dados etnográficos.

Por fim, foi a partir desse(s) lugar(es) que a etnografia foi produzida. Mas, afinal, que sujeitos são esses que tomam as agentes do Consultório na Rua como “familiares” e de “confiança”? Como esses sujeitos, que numa perspectiva sociológica, são caracterizados enquanto grupo marcado por processos de desvinculação sociofamiliar e/ou perda de emprego formal que os levaram à situação de rua (Scorel, 2000; Costa, 2005), podem ter suas práticas cidadinas lidas a partir da chave do fazer-cidade (Agier, 2015)?

Para tanto, parto do pressuposto de Michel Agier (2011, 2015), de pensar a cidade justamente a partir dos “espaços precários e de um certo despojamento de bens, de sentidos e de relações” (*Idem*, 2015, p.487), onde a cidadinidade expressa-se nos agires urbanos e na constituição de redes de relações das pessoas em situação de rua com outros atores locais.

Feitas as considerações teórico-metodológicas, dou início à descrição etnográfica. Dentre as diversas práticas dos sujeitos em situação de rua nas imediações da antiga rodoviária, destaco três situações apreendidas em conversas e observações em idas a campo junto à equipe do Consultório na Rua, que expressaram formas de agenciamento (Furlin, 2013) mediante os assujeitamentos nas quais esses corpos são impelidos cotidianamente.

Inúmeras situações se desenrolam na vida social da antiga rodoviária. Turnos do dia, dias da semana, intervenções assistenciais e repressivas, tráfico de drogas etc, são elementos que produzem dinâmicas peculiares nas práticas dos sujeitos em situação de rua que usam esse equipamento. No entanto, selecionei três situações etnografadas que tornam visíveis, através das narrativas e práticas dos sujeitos, processos de agenciamentos distintos que expressam agires de resistência na “Rodô”.

⁸ Esse jogo de identidades do pesquisador no universo nativo é retratado por L. Roberto Cardoso de Oliveira (2010) como prática comum dos antropólogos, que corriqueiramente assumem determinadas identidades durante a pesquisa, que são a mistura entre a forma que o nativo os representa com a forma no qual o pesquisador assume perante os mesmos.

A primeira cena ocorreu no dia 15 de janeiro de 2019 (terça-feira) no período vespertino, durante o trabalho da equipe do Consultório na Rua:

Estávamos (eu e agentes da saúde) no final dos atendimentos naquela tarde na “Rodô”. Já havíamos caminhado por quase todo o perímetro da antiga rodoviária. Curativos feitos, consultas médicas agendadas, preservativos distribuídos etc. Os procedimentos habituais já tinham sido acionados naquela tarde com as pessoas em situação de rua que vinham de encontro conosco.

No entanto, ainda precisávamos ir de encontro a um grupo de pessoas sentadas em uma calçada situada na avenida Barão do Rio Branco (umas das vias do entorno da “Rodô”). Chegando lá, estava Henrique, homem negro na faixa dos 30 – 40 anos de idade, que nos relatou um caso de violência sofrido numa noite: “macaco disse que ia me matar. Liguei pra vó e disse que as câmeras da rodoviária estão filmando tudo”. (Caderno de campo, 15/jan/2019)

Esse caso, relatado por Henrique, revela uma estratégia utilizada pelo mesmo em subverter o uso das câmeras, que no universo local, são constantemente acionadas enquanto dispositivo (Foucault, 1999) de vigilância sobre as atividades desenvolvidas no local, principalmente, no intuito de coibir a venda e consumo de drogas e também controlar o fluxo de pessoas em situação de rua que transitam pela área.

Assim, assegurar sua sobrevivência ao acionar suas redes de relações estáveis, constitui-se como um agenciamento de sua permanência na “Rodô”, tendo em vista que tanto a vó quanto as agentes, agiriam em seu favor em uma situação de violência contra ele. E, por fim, as câmeras enquanto instrumento de vigilância sobre si, ganha um estatuto de defesa contra a violência oriunda de outrem.

Por fim, o precário anonimato daqueles que moram nas ruas (De Lucca, 2016) nas imediações da antiga rodoviária, torna-se, efetivamente, quase impossível de se praticar, por conta da vigilância cotidiana advinda das câmeras de segurança, que os identificam e estabelecem formas de controle sobre seus corpos na área. Se por um lado, seus corpos passam a ser inscritos enquanto pessoas em situação de rua, que, logo, tornam-se vigiados, por outro, estar na “Rodô” vigiada, pode conferir-lhes algum tipo de possibilidade de agenciamento da segurança de suas vidas.

Já a segunda cena, remete a episódios ocorridos em vários momentos. Cenas que envolvem diversos sujeitos em situação de rua, que encontravam-se com instrumentos de limpeza nas mãos e colaboraram ativamente na limpeza das calçadas e áreas de trânsito na antiga rodoviária, realizando estas atividades junto aos trabalhadores da limpeza do lugar. Além disso, foi possível ver Ronaldo, rapaz negro com faixa etária entre os 30-40 anos, que utiliza constantemente um colete de frentista, exercendo a prática do cuidado de carros daqueles que estacionavam numa das ruas que circundam o antigo terminal rodoviário.

As práticas de limpeza que são comumente utilizadas para fins de “higienização” nos grandes centros urbanos⁹, tornam-se, no contexto local, um instrumento de negociação, mesmo que conflituosa, da estadia dos sujeitos. Para tanto, agir para tornar o ambiente limpo, isto é, num espaço propício para circulação de clientes para o comércio, serve, também, para adensar as redes de relação com os comerciantes, no sentido de positivar laços e construir alianças.

Além disso, exercer o ato de cuidar de carros, principalmente de clientes do comércio local que estacionam seus veículos em frente ao antigo terminal rodoviário, garante, como no caso de Ronaldo, além de uma certa distinção para com os seus pares da rua, também, algum rendimento financeiro.

Logo, para além do exercício da mendicância, há aqueles que na condição de sujeito das ruas, agem de maneira que destoam do imaginário que se tem do morador de rua, que são comumente tidos como portadores da sujeira (Frangella, 2004) e da prática mendicante como principal mecanismo de auferir recursos.

Embora essas práticas cidadinas sejam elementos que os positivam, vale ressaltar que essa ação é dotada de sentido positivo, pois ela está imersa num contexto de relações de poder, onde a presença indesejada desses sujeitos, que foram vistos por alguns comerciantes da antiga rodoviária, como um dos entraves para o desenvolvimento do comércio local (Kureda, 2017), torna tais práticas enquanto uma forma encontrada pelos mesmos, de adquirir status na área.

Já a terceira situação etnografada, tal como a segunda, também remete a algumas ocorrências presenciadas em diversas idas a campo. No entanto, diferentemente da anterior, será tratado de práticas cidadinas que situam-se no plano do desconforto, mas,

⁹ In:<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/03/morador-de-rua-e-alvo-de-jato-dagua-em-limpeza-da-prefeitura-na-cracolandia.shtml>.

que, constituem-se enquanto parte da dinâmica conflituosa entre as pessoas em situação de rua com outros “atores” no universo da antiga rodoviária.

Doações de comidas e outros objetos, uso de drogas nas áreas abertas, utilização de equipamento de segurança como instrumento para banho, brigas e discussões entre os sujeitos etc. Ações comumente associadas à população de rua que usa a antiga rodoviária e que aparece, no imaginário local, enquanto práticas que colaboram para a “degradação” de lugar¹⁰.

Segue-se alguns relatos de campo de tais práticas, que, postas em relação com outros “atores” locais, geram desconfortos na “Rodô”:

Era mais uma tarde de terça feita na antiga rodoviária. As agentes já tinham atendido algumas pessoas e íamos descendo para uma área coberta, aonde alguns sujeitos costumam se concentrar. No entanto, no meio do caminho, eu e uma agente, fomos interpelados por um senhor, que estava junto a outros homens num estabelecimento comercial do prédio. O mesmo começou a conversar conosco, ressaltando a importância do trabalho realizado pela instituição junto à população de rua local. No entanto, num determinado momento, esse senhor, ao perceber a caixa de camisinhas que a agente portava para distribuir aos sujeitos da rua, disse, de maneira irônica, que a doação de comida e camisinha ajudaria a manter as pessoas “naquela condição”. (*Caderno de campo, 21/mar/2019*)

[...] enquanto andava com uma agente por um dos corredores da antiga rodoviária, exalava um cheiro de “borracha queimada” que gerava um odor peculiar no ambiente. Pude avistar algumas pessoas sentadas em seus cantos com cachimbos e outras com latas. Porém, quando passávamos por elas, pude perceber que a maioria delas parava de fazer o uso, mas, logo retornavam, após nossa saída [...] Ronaldo, ao me ver, deu um beijo carinhoso em minha testa e me disse: “fica à vontade japa”. Logo em seguida, pediu licença para nós, dizendo que iria fazer uso da droga. (*Caderno de campo, 12/fev/2019*)

¹⁰ In: <https://www.correiadoestado.com.br/cidades/menos-de-24-horas-depois-moradores-de-rua-voltam-a-antiga-rodoviaria/359240/>; <https://www.midiamax.com.br/policia/2019/secando-gelo-drogas-sinteticas-invadem-cracolandia-de-campo-grande-e-pm-intensifica-rondas-no-centro>.

Junior – faixa dos 30 anos – pessoa em situação de rua que faz uso de crack, estava descalço numa tarde de terça feira nas imediações da antiga rodoviária. Conversava comigo e com uma agente do Consultório na Rua [...] após os atendimentos, quando estávamos quase indo embora, Junior abre o hidrante, começa a se banhar, e diz: “aqui que a gente toma banho. Nois torce ali e esguicha”. O motorista do Consultório na Rua perguntou a ele: “mas pode”? Junior deu um sorriso e levantou os ombros. (*Caderno de campo, 15/jan/2019*)

[...] Ramona – mulher acima dos 40 anos, negra, usuária de drogas – estava agitada naquele dia. O motivo, segundo a mesma, seria Julia – mulher negra, grávida na época, faixa dos 30 anos de idade, usuária de crack – que teria, de acordo com Ramona, “caguetado” sua família para polícia. Ramona gritava e a xingava, enquanto Julia, tentava escapar da mesma. Ronaldo apenas mediava a discussão, que ameaçava tomar ares mais agressivos, dizendo para Ramona deixar as agentes atenderem Julia [...] (*Caderno de campo, 18/dez/2018*)

Tais relatos, para quem é “de fora”, isto é, quem não instituiu nenhum nível de troca intersubjetiva com os sujeitos, pode vir a enxergar, através dessa gama de elementos, somente traços de degradação. No entanto, quando passamos a descentrar o olhar marcado por um padrão de normalidade, através da busca pela apreensão dos códigos e da identificação dos níveis relacionais de tais ações, começa-se a desenhar alguns contornos acerca dessas “práticas desconfortantes”.

No primeiro relato, a tônica é a interlocução realizada com um ator ligado a um estabelecimento comercial. Ali já se torna visível, um nível de relação conflituosa: a indesejável presença de pessoas em situação de rua, sendo alimentada, segundo o sujeito, pelas práticas assistenciais.

Ressalta-se que esse discurso que condena a doação de itens para a população de rua, já foi observada numa pesquisa anterior (Kureda, 2017), onde uma comerciante fazia críticas à ação das igrejas, que, segundo ela, ajudariam a manter os sujeitos na condição de habitante da rua.

Portanto, se, por um lado, o estabelecimento de vínculos positivos com alguns comerciantes é possível, por outro, não deixa de existir, o sentimento de descontentamento

destes para com a permanência e os usos da população de rua na “Rodô” por parte desse segmento.

Seguindo nesse caminho, uma outra forma de uso da antiga rodoviária cuja a representação é carregada de reprovação, é, justamente, o consumo de crack e outras drogas. Essa modalidade combinada com o tráfico de drogas que é destacada no imaginário citadino sobre a “Rodô” e que a classifica enquanto “cracolândia campo grandense”.

Entretanto, como aparece no segundo relato, o consumo de drogas não é uma prática valorada por alguns dos sujeitos em situação de rua na “Rodô”. Não obstante, o disfarce ou a pausa temporária quando a equipe do Consultório na Rua passava pelos espaços em que estavam concentrados.

Embora o odor do crack se fizesse presente, o desconforto em realizar o consumo da droga na frente de pessoas que estavam ali para prestar assistência, evidenciava a vigência de certos códigos morais, que lidos à luz da agência, serviam não somente como instrumentos de assujeitamento, mas também como estratégias de adquirir respeito e instituir vínculos.

Por isso, Ronaldo comunicava-nos sua saída do ambiente para ir fazer o uso da droga, evitando que ficássemos incomodados. Além disso, sua preocupação em falar com as agentes, somente quando não estava sob nenhum efeito de drogas, fazia com que o mesmo, visibilizasse uma imagem associada ao autocontrole, em contraposição ao estereótipo que corriqueiramente se lança sobre essa população.

Nos últimos relatos dispostos, as brigas acrescidas ao uso, tido como indevido, do hidrante, vigoram-se como práticas causadoras de insegurança para o funcionamento da “Rodô”. Assim, brigas que tomam dimensões que afastam “a família”, categoria nativa dita por Junior, logo são implodidas por outros sujeitos em situação de rua. Como diria um comerciante Y (Kureda, 2017), os sujeitos em situação de rua “não mexem com ninguém” e as brigas são resolvidas entre eles (*Idem*, p.67).

Por outro lado, a resignificação do uso de equipamentos de segurança, como o hidrante, revela-se como uma conduta reprovável, do ponto de vista da manutenção segura da antiga rodoviária, entretanto, numa outra perspectiva, tornar os corpos dos sujeitos limpos, mesmo utilizando o hidrante para tal fim, pode adquirir um sentido positivo para outros “atores” da antiga rodoviária.

Por fim, cabe salientar que esse complexo conjunto de práticas citadinas de pessoas em situação de rua nas imediações da antiga rodoviária, não são reproduzidas por todos os

sujeitos, mas que, do ponto de vista qualitativo, constituem-se enquanto planos de relações dotadas de agenciamento que se expressam num certo nível de coletividade. Embora nem todos os “nativos” acionem mecanismos iguais, pode-se perceber, que aqueles que sedimentaram-se por maior tempo no universo da antiga rodoviária, em grande medida, constituíram redes de relações pautadas em códigos morais que são basilares das sociabilidades desenvolvidas.

Partindo para as intervenções realizadas pelo Consultório na Rua, ressalta-se que o caráter multidisciplinar da equipe, composta por enfermeiras, psicóloga e assistente social, produz um mecanismo de gestão baseado num conjunto de saberes que visam tornar os corpos das pessoas em situação de rua, lidos como abjetos (Frangella, 2004), saudáveis.

Dentre as inúmeras intervenções assistenciais e biomédicas empreendidas pelo Consultório na Rua, destacaram-se como significativos no presente universo, as seguintes: o acesso dado às instituições médicas; distribuição de kits de higiene e camisinhas; realização de curativos.

Para tanto, essas intervenções tinham como pilar, as relações afetivo-positivas entre as agentes e as pessoas em situação de rua, que tornavam sua execução possível. Além disso, nesse campo relacional, emergiam narrativas em torno da experiência com as drogas e com a antiga rodoviária, bem como performances em torno de objetos distribuídos pela equipe e negociar seus tratamentos de saúde.

E é a partir dessas duas frentes analíticas, gestão e agenciamento, nas intervenções da equipe do Consultório na Rua, que se desenvolverá a reflexão a seguir. No campo da gestão, assinala-se a vigência de práticas biopolíticas (Foucault, 2005), tendo em vista, que essa instituição é orientada para “... aumentar a vida, controlar seus acidentes, suas eventualidades e deficiências...” (*Idem*, p.295).

Entretanto, durante a pesquisa de campo, pude perceber que essas intervenções de ordem biomédica e social, não eram práticas completamente assimiladas por todos os “nativos”, sendo as prescrições tensionadas e negociadas em vários momentos, através de performances (Hartmann, 2005) e agenciamentos diversos.

Assim, iniciando com as práticas de cuidado individualizadas, onde necessita-se levar os sujeitos para consultas médicas e/ou acompanhar o tratamento de alguma enfermidade, tiveram no universo da “Rodô”, alguns casos que expressam as técnicas de gestão orientadas pelo saber clínico e os agenciamentos empreendidos pelos sujeitos atendidos.

Alfredo – homem não branco, acima dos 40 anos de idade, usuário de álcool – estava combinando um horário de encontro com a agente na antiga rodoviária, na semana que vem, para leva-lo em sua consulta médica. No entanto, dentre as restrições colocadas à Alfredo, seria a abstinência de álcool e outras drogas por um curto período. Após ser notificado dessa medida restritiva, Alfredo levou a agente junto a um estabelecimento comercial, onde o mesmo comunicou ao dono do bar, que não deixasse ele beber e pediu para a agente contar ao comerciante sobre o tratamento que viria a ser realizado.

Se num primeiro momento, a abstinência opera como um primeiro “dispositivo do saber” (Revel, 2005), isto é, técnica de controle para permitir o primeiro contato com a clínica, em contrapartida, Alfredo aciona um comerciante de um bar da antiga rodoviária, onde, possivelmente, consome bebidas alcoólicas, para que o mesmo torne-se parte do procedimento. Nesse sentido, envolver um ator, que, em alguma medida, ganha rendimentos com o próprio Alfredo e com outros que consomem bebidas em seu estabelecimento, produz algum nível de tensão para com o comerciante, pois o mesmo “ficaria restrito” em vender bebida para Alfredo, no intuito de colaborar com seu tratamento.

Nesse sentido, o sentimento moral que envolve o dever do comerciante em não vender bebida para Alfredo, torna-se um elemento central na relação entre ambos, onde, o vínculo do sujeito em situação de rua para com o comerciante, é acionado pelo primeiro, que ressignifica a relação cliente assíduo-vendedor para assistido-“parceiro”.

Já o segundo caso, remete a medidas restritivas pós realização de consulta médica. Ramona, mulher negra retratada em página anteriores, teve remédios prescritos pelo médico que a atendeu. No entanto, o uso de drogas não era recomendado. Assim, Ramona, num dia de atendimento do Consultório na Rua na antiga rodoviária, nos disse que estava tomando “os remédios certinho” e que intercalava os horários do uso de drogas com a medicação.

Outra intervenção corriqueira das agentes é a distribuição de kits de higiene e camisinha. Este último, que tem o objetivo de evitar gravidez indesejada e prevenir a transmissão de DSTs, tem funções importantes no contexto local. Além de serem utilizadas como instrumento para atividades sexuais seguras, alguns sujeitos relataram que certos homens que vem na “Rodô” em busca das profissionais do sexo que ficam nos arredores, e, que, encontravam-se sem preservativos, acabavam realizando trocas materiais com as pessoas em situação de rua que portam os preservativos.

Por fim, a realização de curativos é a modalidade cotidiana de intervenção mais comum na “Rodô”. Ferimentos corporais em diversas partes do corpo são corriqueiros nas vidas daqueles que estão em situação de rua. Assim, essa prática, além de tratar as lesões básicas, permite uma relação de afetividade produzida pela prática do cuidado do outro. Não obstante, após a realização desses procedimentos, emergiam discursos de familiarização dos “nativos” para com as agentes, onde, estas eram retratadas como “anjos”, “família” e “parceiros”.

Portanto, essas intervenções realizadas pelo Consultório na Rua nos sujeitos em situação de rua na “Rodô”, produzem relações marcadas por afetos positivos, onde, a reprodução dessa política pública é incentivada pelos próprios sujeitos atendidos. Em contrapartida, as prescrições advindas das intervenções são constantemente agenciadas pelos sujeitos de diversas formas, que os fazem tensionar relações de poder, auferir recursos, reordenar o uso de drogas.

Embora, as ações de assistência e saúde realizadas, sejam reconhecidas pelos próprios sujeitos atendidos, como fundamentais para a manutenção básica de suas vidas, salienta-se, que, como modalidade de gestão estatal, também está inserida em regimes de governo cujo o objetivo é a disciplinarização dos corpos (Foucault, 2005).

Logo, tendo em vista que a situação de rua se inscreve como um lugar de anormalidade, que deve ser combatida pelo Estado, as próprias práticas assistenciais e de saúde são mecanismos que tem como fim último, a saída dos sujeitos das ruas. Averigua-se essa assertiva, quando determinados sujeitos relatavam o desejo de sair das ruas e/ou melhorar as condições de saúde, mas que encontravam problemas no consumo de drogas. Nessas situações, as agentes reiteravam o discurso que negativa o uso de drogas, onde induzia-se a necessidade da prática de abstinência e/ou da redução de danos para os sujeitos, no intuito de melhorar a qualidade de vida biológica dos mesmos.

Além disso, salienta-se que o campo de intervenções da instituição encerra-se quando a venda de drogas no universo da “Rodô” ganhava pujança e deixava os sujeitos “agitados”¹¹. A partir daí, o regime de governo passa da assistência para a repressão, onde,

¹¹ Termo utilizado por uma agente para se referir ao estado que os sujeitos ficam, quando a atividade em torno do tráfico de drogas toma proporções significativas no contexto local. Nesse sentido, quando a indaguei acerca da realização de atendimentos da instituição durante o período noturno na antiga rodoviária, a mesma disse que deixaram de realizar os atendimentos à noite, justamente, por conta desse estado, onde os sujeitos não são tão receptivos ao Consultório na Rua.

a biopolítica opera através das forças policiais que atuam para coibir a reprodução da desordem no espaço urbano (Foucault, 2008).

3 – “Rodô” dos jornais: tráfico de drogas, violência e criminalidade.

Tendo em vista um conjunto significativo de visões extremamente negativas sobre o universo da antiga rodoviária, iniciei desde o mês de fevereiro do ano de 2017 uma coleta sistemática de reportagens jornalísticas em mídias eletrônicas que produzem discursos sobre o lugar. No entanto, no presente artigo serão tratadas as matérias sobre o lugar que foram publicadas no ano de 2018, tomando, especialmente, aquelas que versem sobre operações policiais na região.

Essa escolha não tem como pretensão realizar uma análise reducionista sobre o universo do antigo terminal rodoviário, mas, somente compreender como se produz um imaginário moralmente negativo sobre a “Rodô” e as pessoas em situação de rua local. Para tanto, será analisado como as associações diretas e indiretas entre ambos com o tráfico de drogas, criminalidade e a violência, são acionados como justificativas para as intervenções repressivas.

Começando pela primeira matéria do ano de 2018, publicada pelo jornal *Midiamax* no dia 15 de janeiro, intitulada, *Homem de 49 anos é esfaqueado por morador de rua ‘fugitivo do PCC’*¹², apresenta um cenário de violência física perpetrada por um sujeito em situação de rua, onde o mesmo, segundo a reportagem, seria ex-filiado ao Primeiro Comando da Capital (PCC) e desferiu uma facada numa pessoa que mora no entorno do prédio. O resultado foi a prisão em flagrante pela Guarda Civil Municipal numa tentativa de fuga do mesmo.

Outro exemplo significativo, aparece logo em seguida, no dia 26 de janeiro de 2018, em uma reportagem do jornal *Correio do Estado*, situada na coluna *Tráfico e Assalto*, intitulada, *Ação da Guarda Civil Municipal ‘faz limpa’ na antiga rodoviária*, que inter-relaciona: crime, segurança, tráfico, pessoas em situação de rua, usuários de drogas, comércio local, revitalização etc, e revela as estratégias criadas pela força policial em

¹²In: <https://www.midiamax.com.br/policia/2018/homem-de-49-anos-e-esfaqueado-por-morador-de-rua-fugitivo-do-pcc/>

combater o tráfico de drogas, além de mostrar como esse acontecimento repercutiu positivamente em diversos sujeitos interessados em revitalizar a área.

Na primeira matéria, já é possível verificar a associação direta entre morador de rua e crime, que revelam “projeções estigmatizantes” (Frangella, 2004, p.275) lançadas sobre pessoas em situação de rua. Nesse sentido, a reiteração da ligação entre estar em situação de rua e ter pertencido ao crime organizado, revela-se como um discurso biopolítico que justifica a intervenção policial, que, teria como função, intervir para reordenar o espaço urbano para “fazer morrer” (Foucault, 2005) a “Rodô” indesejada pelo imaginário hegemônico.

Além disso, por serem concebidos, do ponto de vista macrossociológico, como uma população composta por “segmentos heterogêneos, com diferentes realidades, mas que comungam a condição de pobreza absoluta e não pertencimento à sociedade formal” (Silva, 2010, p.132), as pessoas em situação de rua são retratadas como figuras vulneráveis e imorais, que necessitam ser controlados e vigiados por forças repressivas.

Ademais, a tipificação do autor do crime enquanto morador de rua sobreposta à própria reincidência no universo do crime, infere, indiretamente, que estar habitando as ruas indica um estado de pertencimento a um grupo social e não como uma condição objetiva do sujeito, que, inclusive, pode vir a ser situacional. Essa inferência acaba implicando na sedimentação de um imaginário acerca da vida e dos sujeitos das ruas, onde, a ilegalidade/criminalidade seria constituidora acerca das formas de ser e estar na condição de morador de rua.

Na segunda matéria já aparecem algumas articulações entre moradores do bairro e comerciantes em torno da suposta violência que se desenrola nas imediações do antigo terminal rodoviário. Para tanto, aparece logo no quarto parágrafo do texto, a intervenção desenvolvida pela Guarda Civil Municipal narrada pelo chefe da corporação, onde a “estratégia utilizada no combate ao tráfico e assaltos teve foco no aumento de abordagens e rondas, não apenas no entorno do prédio, como também, no quadrilátero que compõe a região central da Capital” (*Correio do Estado*, 25/jan/2018). Além disso, aparece a fala de uma das comerciantes reiterando a necessidade do combate ao tráfico de drogas, onde, esta modalidade ilegal, levaria consequentemente à aglutinação de usuários de drogas em torno do lugar, havendo, assim, a necessidade de intervenção nas áreas de segurança e saúde pública sobre esses sujeitos.

Analisando essa situação selecionada na reportagem citada acima, percebe-se que, para além da associação entre usuários de drogas que habitam as ruas e a atividade criminosa do tráfico, torna necessário o exercício do controle da circulação espacial por parte dos organismos repressores desses sujeitos e as práticas em torno da droga que os acompanham. Essa intervenção demonstra uma tentativa de reconstituir uma representação da antiga rodoviária e seu entorno, que é constantemente reiterada na mídia local como um espaço degradado, balizado na presença de pessoas em situação de rua, crime e drogadição. Tal questão encontra ressonância no conceito cunhado por Robert Park (1973) de *região moral*, ou seja, uma área da cidade concebida como homogênea e segregada, onde a população se organiza “não apenas em torno de acordo com seus interesses, mas de acordo com seus gostos e temperamentos” (Park, 1973, p.63).

Portanto, configura-se no cenário da antiga rodoviária a disputa pela hegemonia do lugar, onde as ações repressivas tornam-se aliadas daqueles que procuram ressignificar o sentido negativo dominante que se tem sobre ele, visando a transformação de uma paisagem tornada *vernacular* (Zukin, 2000) pelo uso da população em situação de rua, isto é, das formas simbólicas e relações sociais construídas pelos desprovidos de poder (*idem*, p.106), numa paisagem de poder¹³.

Além disso, a sinalização de ações violentas, expressas, especialmente, em facadas desferidas¹⁴ tanto por homens quanto mulheres em situação de rua, onde os motivos estariam em discussões e conflitos com outras pessoas que moram nas ruas. Essas matérias trariam à tona, aquilo que Philippe Bourgois (2015) chamou de cultura das ruas, que se caracterizaria pelo predomínio da violência e de práticas ilegais, onde a droga funcionaria como substrato material (Bourgois, 2015, p.40).

Entretanto, diferentemente de Bourgois (2015), que estudou as dinâmicas daqueles que participam da economia ilegal da venda do crack, por porto riquinhos, num bairro periférico de Nova York e constitui uma análise das teias de relações tecidas entre os participantes, onde códigos como honra, respeito e dignidade atravessariam as práticas de

¹³ “Podemos entender os arranha-céus e os projetos de habitação popular como paisagens do poder. Essas paisagens são um texto visível das relações sociais, separando e estratificando atividades e grupos sociais, incorporando e reforçando as diferenças” (Zukin, 2000, p.106).

¹⁴ <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2018/11/24/homem-e-esfaqueado-apos-agredir-mulher-com-tapa-no-rostro-na-antiga-rodoviaria-de-campo-grande.ghtml>;
<https://www.pontaporainforma.com.br/noticias/policia/moradora-de-rua-e-esfaqueada-apos-dar-chinelada-no-rostro-de-amiga>;

violência dos atores, nas matérias de jornais, o que se realça são as práticas desconexas desse universo relacional que envolve os sujeitos.

Logo, salienta-se que essas matérias, ao inscreverem as práticas de violência desses sujeitos, sem situá-las dentro de um contexto marcado por códigos e relações de poder, elas reforçam uma representação vigente na sociedade brasileira da rua, e, principalmente, dos sujeitos que nela habitam, enquanto estereótipo do perigo, bem como da “Rodô” enquanto lócus de marginalidade criminosa.

Todavia, a gestão policial das pessoas em situação de rua na antiga rodoviária, consolida-se enquanto uma dinâmica fundamental na consecução das formas de subjetivação desses sujeitos, onde, não obstante, pode observar no relato de um interlocutor, mecanismos de agenciamento empreendido pelo mesmo junto aos policiais, no sentido do mesmo, resolver “suas pendências”.

Além disso, o próprio controle do espaço urbano exercido pelas instituições repressivas, torna muito difícil garantir o anonimato daqueles que estão em situação de rua, tornando-se assim, necessário o ajuste dos sujeitos às relações de poder locais, bem como cabe ao mesmo constituir redes de relações possíveis nesse contexto.

Em última análise, as experiências cidadinas daqueles que estão em situação de rua e desejam estar na antiga rodoviária, passa também pela negociação com as instituições repressivas, que estão cotidianamente realizando batidas e rondas pela região, onde, suas práticas também se fazem mediadas pela vigilância policial.

Não obstante, salienta-se que “os olhos” da vigilância, não se fazem presentes somente através da própria polícia, mas também da vizinhança, onde, segundo relato dos policiais contidos nas matérias, a denúncia acerca de movimentação suspeita de pessoas “estranhas”, realizada pela vizinhança, tem sido de grande valia para o monitoramento atento da área.

Por fim, assinala-se que, além da coação ao tráfico de drogas, violência e criminalidade, as intervenções policiais visam, também, estabelecer um governo que controle a conduta da população de rua que transita e usa a antiga rodoviária, tendo o pânico moral, em torno da venda e do consumo de droga, enquanto vetor das intervenções repressivas, onde, a reconstituição de um imaginário positivo da “Rodô”, passaria pela erradicação de práticas e sujeitos tidos como “degradantes”.

4 - Considerações finais

No que tange à configuração da “cracolândia campo-grandense”, em termos de espectro de relações mais amplas, encontra-se semelhanças com a “cracolândia” carioca e paulistana, onde:

[...] tanto no Rio de Janeiro, quanto em São Paulo, a ideia de *cracolândia* implica o estabelecimento de uma série de relações com diferentes agentes (tanto do Estado – polícia, assistentes sociais e assim por diante – quanto da dita sociedade civil – ONGs, redes de pesquisadores em saúde pública, psicologia social e ciências humanas). Ou seja, as *cracolândias* não são meramente sinônimos de locais em que se vende e consome crack; elas se produzem justamente em seu reconhecimento como territorialidades específicas por diferentes atores, que a elas dirigem uma série de práticas – repressivas ou de assistência (ou até uma combinação de ambas) – ou então táticas cotidianas para lidar com elas, no caso do tráfico de drogas ou dos moradores mais antigos de regiões em que as *cracolândias* se instalam (Frúgoli Jr, Cavalcanti, 2013, p.3)

Embora as diferenças entre a cidade de Campo Grande com as duas capitais metropolitanas, seja um marcador significativo, cabe salientar, que esse conjunto de práticas e teia de relações, citadas acima, guardado as devidas proporções, constituem-se se desenvolvem na antiga rodoviária. Assim, corroborando com a análise de Taniele Rui (2014), de compreender a “cracolândia” como um lugar social e lugar discursivo (*Idem*), (co)existe, em Campo Grande – MS, a “Rodô” enquanto imaginário do degredo com/a das relações, ou seja, a “Rodô” *bazar*¹⁵ (Ruggiero, South, 1997 *apud* Rui, 2014)

Como abordado na última parte, o imaginário contemporâneo que se tem sobre a antiga rodoviária e a população de rua que usa o local, associa-as, direta e indiretamente, com o tráfico de drogas, drogadição, violência e criminalidade. Nesse sentido, menos do que atestar a veracidade ou não dessa assertiva, importa destacar que essa representação simbólica colabora na compreensão dos contornos dos jogos de poder em voga no universo local. Assim, em grande medida, olhar para o lugar discursivo que a “Rodô” carrega no

¹⁵ Espaços onde se desenrolam atividades ilícitas/ilegais, mas que são constituídos por relações de trocas, negociações, conflitos, demandas, prazeres, diversão (Rui, 2014).

imaginário citadino, permite-nos olhar para as tramas morais, políticas e econômicas que vigoram nessa área urbana.

Por outro lado, tomar a “Rodô” enquanto *bazar*, onde não deixa-se de reconhecer a presença da economia ilegal da venda de drogas e também do consumo, mas também não se restringe a ela e ao imaginário, abre margem para refletirmos acerca dos processos de subjetivação e das interações estabelecidas pelas pessoas em situação de rua no local. A partir dessa perspectiva, pode-se tomar as práticas cidadinas desses sujeitos enquanto agires urbanos que fazem-cidade (Agier, 2015), ou seja, o movimento do agir que instaura “o direito à cidade” (*Idem*, p.491), pois são ações que agenciam sua permanência no local.

Além disso, a antiga rodoviária caracteriza-se, da perspectiva das pessoas em situação de rua que sedimentaram-se no espaço, não enquanto espaço urbano (Leite, 2002) marcado pela indiferença e individualização, mas como lugares aonde se desenvolvem as sociabilidades alargadas (Agier, 1999 *apud* Frúgoli Jr, 2006), isto é, esferas relacionais da vida social marcada pela vizinhança e parentela simbólica que intermediam níveis mais amplos de relação com as macroestruturas da cidade (*Idem*, p.50).

No entanto, são as intervenções assistenciais-repressivas junto com tais práticas cidadinas dos sujeitos, que sedimentam esse universo relacional orientado por uma economia moral (Fassin, 2019), isto é, regimes de trocas (i)materiais reguladas por normas e obrigações (*Idem*) que envolvem as relações das pessoas em situação de rua com outros “atores” cujo os códigos morais balizam suas interações e permitem o agenciamento da vida nas ruas da “Rodô”, através de negociações e adensamento das redes de relações positivas.

E é esse rico e complexo campo de relações que institui uma dinâmica urbana peculiar na “Rodô” em comparação ao centro comercial da cidade, onde, articulam-se, formas de gestão policiais e assistenciais, com práticas e agenciamentos que colaboram na formação da “cracolândia campo-grandense” tanto quanto *bazar* quanto degredo.

Em suma, os efeitos que essas complexas interações produzem são os mais diversos possíveis, podendo, desde, afastar potenciais clientes dos estabelecimentos comerciais abertos no lugar, assim como atrair aqueles que buscam drogas, prostituição ou até mesmo realizar ações caritativos e/ou assistenciais.

Por fim, as mediações que se estabelecem, revelam uma “Rodô” em movimento, onde a cidadinidade expressa-se, principalmente, nos agenciamentos presentes nas práticas cidadinas que conferem sentido em tramas relacionais com diversos outros grupos, onde, a

negociação e o afeto, isto é, as relações simbólicas acionadas cotidianamente em diferentes contextos de negociação, são as bases desse jeito de habitar a cidade.

Referências bibliográficas

AGIER, Michel. Do direito à cidade ao fazer-cidade: o antropólogo, a margem e o centro. In: *Revista Mana*, nº21, 2015.

_____. _____. *L'Invention de la ville*. Paris: Archives Contemporaines, 1999.

ATTIANESI, Daniel; PASSAMANI, Guilherme. Um urbano pra lá de rural: as particularidades políticas, históricas e culturais que transformaram Campo Grande de arraial a capital. In: *Cadernos do Lepaarq*, vol.15, nº30, 2018.

BARBOSA, Aline. *Vida nua: a gestão da população de rua*. Tese de doutorado. FFC/Unesp, 2017.

BOURGHOIS, Philippe. *Em busca de respeito: vendendo crack em harlem*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores Argentina, 2015.

DE LUCCA, Daniel. Morte e vida nas ruas de São Paulo: a biopolítica vista do centro. In: RUI, Taniele; MARTINEZ, Mariana; FELTRAN, Gabriel (Orgs.) *Novas faces das vidas nas ruas*. São Carlos – SP: EdUFSCAR, 2016.

ESCOREL, Sarah. Vivendo de teimosos: moradores de rua da cidade do Rio de Janeiro. In: BURSZTYN, M. (org.) *No meio da rua*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

FASSIN, Didier. As economias morais revisitadas. In: RIFIOTIS, Theophilos; SEGATA, Jean (Orgs.) *Políticas etnográficas no campo da moral*. Porto Alegre: ABA, 2019.

FIOCRUZ. *Pesquisa nacional sobre o uso de crack: quem são os usuários e/ou similares do Brasil? Quantos são nas capitais?* In: BASTOS, Francisco; BERTONI, Neilane, ICICT/FIOCRUZ, 2014.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: EdVozes, 1999

_____. _____. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. _____. *Segurança, território e população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRANGELLA, Simone Miziara. *Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo*. Tese de doutorado. IFCH/Unicamp, 2004.

FRÚGOLI JR, Heitor. *Sociabilidade urbana*. Rio de Janeiro: EdZahar, 2006

_____. _____. CAVALCANTI, Mariana. Territorialidades da (s) cracolândia (s) em São Paulo e no Rio de Janeiro. In: *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro, 2013.

GEERTZ, Clifford. *Saber Local*. Rio de Janeiro: EdVozes, 2009.

HALLAIS, Janaína; BARROS, Nelson. Consultório na rua: visibilidades, invisibilidades e hipervisibilidade. In: *Cad. Saúde Pública*, nº31, 2015.

HARTMANN, Luciana. Performance e experiência nas narrativas orais da fronteira entre Brasil, Argentina e Uruguai. In: *Revista Horizontes Antropológicos*, nº24, 2005.

KUREDA, Vladimir. *A “Rodô” de Campo Grande – MS: as relações entre sujeitos, territórios, diferenças e mudança social*. Trabalho de conclusão de curso. FACH/UFMS, 2017.

MESSIAS, Ana Claudia; CASTELHANO, Darlene Messias. *Estrutura e funcionamento da estação rodoviária Heitor Eduardo Laburu*. Monografia de conclusão de curso. UCDB. 1999.

OLIVEIRA, Luís R. Cardoso. Pesquisas em *versus* pesquisas com seres humanos. In: VICTORA, Ceres; OLIVEN, Ruben Georg; MACIEL, Maria Eunice; ORO, Ari Pedro. (orgs.) *Antropologia e ética: o debate atual no Brasil*. Niterói – RJ: EdUFF, 2004
_____. _____. A antropologia e seus compromissos ou responsabilidades éticas. In: FLEISCHER, Soraya; SCHUCH, Patrice (orgs.) *Ética e regulamentação na pesquisa antropológica*. Brasília: EdUNB, 2010.

PARK, Robert. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In. VELHO, O. (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

PATRÍCIA DA SILVA, Georgia. *De volta á praia grande: o “velho” centro com o “novo” discurso*. Tese de doutorado. PGPP/UFMA, 2010.

ZUKIN, Sharon. Paisagens do século XXI: notas sobre a mudança social e o espaço urbano. In: ARANTES, Antônio (org.) *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000.